



MEMÓRIAS DA URBANIZAÇÃO: UMA CRONOLOGIA PARA REPENSAR A EXPERIÊNCIA DA FAVELA DE BRÁS DE PINA (ST9 - CIDADE, HISTÓRIA E CULTURA EM DISPUTA)

Antônio Pimentel Júnior Sequeira

PPGAU - UFBA | E-mail: apimentel.edificacoes@gmail.com

Thaís Pontes da Silva

IPPUR - UFRJ | E-mail: thaispontes.arq@gmail.com

Lucas Ribeiro Botti

IPPUR - UFRJ | E-mail: botti.arq@gmail.com

Sessão Temática IX: Cidade, história e cultura em disputa

Resumo: A urbanização de Brás de Pina entre as décadas de 1960 e 1970 é um caso paradigmático para o campo do planejamento urbano por ter sido a primeira favela urbanizada pelo Estado no Brasil. O presente artigo busca retomar essa história em ordem cronológica, articulando as bibliografias já consagradas sobre o tema, com novas informações provenientes de três fundos arquivísticos: o fundo arquivístico comunitário da Associação de Moradores da favela de Brás de Pina, o Fundo de Segurança Nacional e o fundo Gilda Blank. Para além dessas consultas, foram realizadas entrevistas usando o método da história oral para resgatar elementos do cotidiano que não aparecem nas bibliografias consultadas. Com isso, pretende-se ampliar a narrativa em torno da urbanização para além do processo participativo, problematizando a atuação do Estado e da assessoria técnica com a população favelada, além de resgatar o papel e a importância da liderança do Padre José Sainz Artola no episódio e nas articulações que continuaram mobilizando coletivamente o território nas décadas seguintes.

Palavras-chave: Urbanização de favelas; Movimentos Sociais; Ditadura militar; Arquivos Comunitários; História Oral.

MEMORIES OF URBANIZATION: A CHRONOLOGY TO RETHINK THE EXPERIENCE OF THE BRÁS DE PINA FAVELA

Abstract: *The urbanization of Brás de Pina between the 1960s and 1970s is a paradigmatic case for the field of urban planning as it was the first favela urbanized by the State in Brazil. This article seeks to revisit this story in chronological order, articulating the already established bibliographies on the topic, with new information from three archival funds: the community archival fund of the Brás de Pina Favela Residents' Association, the National Security Fund and the Gilda Blank fund. In addition to these consultations, interviews were carried out using the oral history method to recover everyday elements that do not appear in the bibliographies consulted. Through this, we intend to expand the narrative around urbanization beyond the participatory process, problematizing the role of the State and technical assistance with the favela population, in addition to rescuing the role and importance of the leadership of Father José Sainz Artola in the episode and in the articulations that continued to collectively mobilize the territory in the following decades.*

Keywords: *Urbanization of favelas; Social Movements; Military dictatorship; Community Archives.; Oral History*

MEMÓRIAS DE URBANIZAÇÃO: UMA CRONOLOGIA PARA REPENSAR A EXPERIÊNCIA DE LA FAVELA BRÁS DE PINA

Resumen: *La urbanización de Brás de Pina entre las décadas de 1960 y 1970 es un caso paradigmático para el campo de la planificación urbana, ya que fue la primera favela urbanizada por el Estado en Brasil. Este artículo busca revisar esta historia en orden cronológico, articulando las bibliografías ya establecidas sobre el tema, con nueva información de tres fondos de archivo: el fondo de archivo comunitario de la Asociación de Vecinos de la Favela Brás de Pina, el Fondo de Seguridad Nacional y el Fondo Gilda Blank. Además de estas consultas, se realizaron entrevistas mediante el método de la historia oral para recuperar elementos cotidianos que no aparecen en las bibliografías consultadas. Con esto pretendemos ampliar la narrativa en torno a la urbanización más allá del proceso participativo, problematizando el papel del Estado y la asistencia técnica a la población de la favela, además de rescatar el papel y la importancia del liderazgo del padre José Sainz Artola en el episodio y en las articulaciones que continuaron movilizandole colectivamente el territorio en las décadas siguientes.*

Palabras clave: *Urbanización de favelas; movimientos sociales; Dictadura militar; Archivos Comunitarios; Historia oral.*

INTRODUÇÃO

A presente escrita é fruto do diálogo entre as pesquisas de dissertação de mestrado de três pesquisadores que possuem como foco de estudos o processo de urbanização da favela de Brás de Pina, ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, este diálogo busca compreender e ampliar os elementos da história do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro, que se articulam com este episódio.

A história desta favela e sua urbanização é caracterizada pela literatura especializada como um episódio paradigmático (Cardoso et al, 2023), como uma experiência singular na história da urbanização ou como uma inflexão no pensamento urbanístico brasileiro (Silva e Lisiak, 2016 e Silva, 2019). Fruto de uma jornada participativa e coletiva, construída entre moradores, corpo técnico e instituições governamentais, essa história ainda está presente nos arquivos e acervos familiares, ecoando pelas ruas, quintais e casas do território.

No ano de 1964, Brás de Pina aparecia nos jornais do Rio de Janeiro como uma das favelas que resistia à remoção forçada promovida por Carlos Lacerda (1914-1977), em diversas favelas da cidade. Para resistir às tentativas do então governador do Estado da Guanabara, os moradores se articularam em torno de uma Associação de Moradores forte, com a participação de padres da Igreja Católica (especialmente o Padre José Sainz Artola, principal liderança paroquial na luta em Brás de Pina), imprensas locais (que na época não sofriam ainda forte censura por parte da ditadura) e com a Federação das Associações de Favela do Estado da Guanabara (FAFEG).

Após a vitória contra a remoção, os moradores se vêem na necessidade de elaborar por conta própria um plano de urbanização que pudesse transmitir para o Estado e para a sociedade civil a visão dos favelados de que urbanizar era possível – contrapondo os discursos, campanhas e projetos unilaterais, que deslegitimam esses territórios.

A atuação midiática da luta pela permanência em Brás de Pina, em conjunto com o desenvolvimento de um plano de urbanização popular (que contava inclusive com um senso demográfico feito pelos próprios moradores), além da promessa de urbanização feita em campanha por Negrão de Lima (1901-1981), governador da Guanabara de 1966 a 1971, deram as condições ideais para que a favela se tornasse a primeira área de atuação da recém criada Companhia de Desenvolvimento das Comunidades (CODESCO) junto com mais duas favelas.

Essa pesquisa, portanto, tem como objetivo geral compreender e colocar as bibliografias e arquivos hegemônicos em diálogo com os arquivos institucionais locais, bem como os acervos pessoais e memórias, que propiciam diálogos sobre as mudanças do território de Brás de Pina. Possibilitando, assim, a ampliação da narrativa sobre o episódio, contribuindo para a história urbana da cidade e complexificando o projeto de urbanização como um “caso de sucesso”.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e o percurso metodológico voltou-se para a análise bibliográfica, documental e oral, com o objetivo de ampliar a visão do episódio de urbanização da favela de Brás de Pina, um marco na história urbana do Rio de Janeiro. Esta abordagem visa, sobretudo, explorar tanto as vivências do cotidiano quanto as estratégias políticas formuladas pelos moradores, superando as narrativas predominantes na literatura oficial.

O estudo parte de uma revisão bibliográfica, etapa fundamental para contextualização do tema, tendo como principais fontes o livro “Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro” (1981), do arquiteto Carlos Nelson F. dos Santos, e a dissertação “Experiência em urbanização de Favela Carioca” (1977), da arquiteta Gilda Blank. A revisão foi conduzida com base na relevância dessas obras para o tema, nas quais ambos os autores, a partir de suas atuações como técnicos, analisam o processo de urbanização em Brás de Pina. A dissertação de mestrado de Juliana Oakim “Urbanização sim, remoção não: A atuação da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara nas décadas de 1960 e 1970” (2014) também é uma referência importante por trazer novos elementos para a história. O livro “Favelas do Rio de Janeiro: história e direito” (2013) do jurista e historiador Rafael Gonçalves, nos permite uma aproximação junto ao arcabouço jurídico sobre as favelas desde sua origem, nesta pesquisa mantivemos o foco nas décadas de 1960 e 1970. Além disso, a consulta aos jornais publicados dentro do período estudado (1964 e 1989), a partir da base da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi um processo fundamental para levantar informações omitidas na literatura acadêmica e fornecer subsídios para a etapa de entrevistas.

Na fase de pesquisa documental, foram realizadas consultas em instituições arquivísticas e museológicas com acervos relevantes para o levantamento de dados. Entre as principais fontes consultadas estão o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), que reúne o Fundo Correio da Manhã e o Fundo dos Serviços de Informação da ditadura militar, além de documentos da Companhia Progresso do Estado da Guanabara (COPEG) sobre a criação da CODESCO. Houve também a descoberta recente do fundo documental Gilda Blank, custodiado no acervo do Museu de Arte do Rio (MAR). Este fundo ainda está em processo de catalogação pela instituição, mas, a partir de consultas foi possível identificar mapas, documentos e arquivos fotográficos que evidenciam o cotidiano e o processo de urbanização de Brás de Pina.

Durante a pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer um casal de antigos líderes que preserva, em sua residência, um valioso arquivo comunitário da Irmandade de Santa Edwiges de Brás de Pina (IRSANED). A irmandade foi fundada em 1979 pelos líderes da antiga associação, sendo assessorada por Padre Artola a partir de 1981 e durante seu funcionamento, que somaram mais de duas décadas, foram desenvolvidos trabalhos sociais e projetos voltados para melhorias da favela. Esse arquivo preservado ao longo de mais de

50 anos é composto por documentos e itens pessoais do Padre Artola, além de vídeos, livros, bandeiras, estatutos e diversos elementos que atestam a mobilização popular e o trabalho comunitário na Favela de Brás de Pina desde o período da luta pela urbanização junto à Associação de Moradores. Atualmente, este arquivo encontra-se em processo de sistematização por meio de esforços autônomos dos moradores, visando à preservação e à difusão da memória local.

Por fim, as entrevistas seguem um formato semiestruturado, permitindo a flexibilidade para explorar tópicos em potencial. Esta etapa, ainda em andamento, está sendo baseada e orientada pela metodologia descrita no “Manual de História Oral” (Alberti, 2013) e busca coletar entrevistas de atores que tiveram relação direta com o episódio de urbanização, sendo a participação de antigos moradores especialmente relevante para evidenciar a narrativa local. A escolha por esta abordagem se justifica pela história oral ser uma metodologia desenvolvida para dar voz a personagens e narrativas periféricas, com pouca ou nenhuma oportunidade de registro de suas histórias de vida. É uma metodologia, portanto, que busca democratizar a construção da memória coletiva. Com essas entrevistas buscam-se os dispositivos de memória dos moradores que vivenciaram o período da urbanização, na tentativa de resgatar elementos que a historiografia oficial não conta. Esses dispositivos podem ser elementos diversos que compõem acervos familiares, como fotografias, desenhos, artigos de jornais, livros ou apenas lembranças, que possuem a capacidade de ativação das memórias do período. Neste sentido, a partir do cruzamento dos dados documentais e orais, é permitida uma melhor compreensão acerca das mobilizações dos moradores em resposta às dinâmicas do Estado, em um período marcado pelo controle e repressão ditatorial direcionadas às favelas.

CONJUNTURA HISTÓRICA DAS FAVELAS CARIOCAS

Das décadas de 1920 e 1930 datam as primeiras movimentações e identificações das favelas como um problema para a cidade. Ainda na década de 1920, ocorrem as primeiras campanhas contra a “*lepra esthetica*” – termo usado nos discursos em favor da erradicação das favelas do cenário carioca – que foi incorporado pelos aparatos institucionais como, por exemplo, o plano Agache (1930), que, ao pensar na remodelação da capital da república, ressalta a permanência das favelas como um problema para a cidade (Valladares, 2000).

A favela entra, então, no debate público como um problema urbano e os seus sentidos são disputados nos anos seguintes. Durante o governo municipal de Pedro Ernesto (1931-1936), por exemplo, houve uma contestação do Plano Agache e uma aproximação da população favelada, promovendo melhorias e a inclusão nos serviços de saúde e educação. Já o código de obras da cidade de 1937, por sua vez, toma por referência muitas reflexões deixadas pelo plano Agache, proibindo, por exemplo, a criação de novas favelas na cidade e voltando os esforços do poder público para as remoções e criação dos Parques Proletários (Gonçalves,

2021 e 2024). O código de obras foi o primeiro instrumento legal a reconhecer a existência das favelas, marcando a descoberta das mesmas pelo poder público (Oakim, 2014, p. 16).

"Art. 349 - A formação de favelas, isto é, de coaglomerados de dois ou mais casebres regularmente dispostos ou em desordem, construídos com materiais improvisados e em desacôrdo com as disposições deste decreto, não será absolutamente permitida."

"1º Nas favelas existentes é absolutamente proibido levantar ou construir novos casebres, executar qualquer obra nos que existem ou fazer qualquer construção."

"2º A prefeitura providenciará por intermédio das Delegacias Fiscais, da Diretoria de Engenharia e por todos os meios ao seu alcance para impedir a formação de novas favelas ou para a ampliação e execução de qualquer obra nas existentes, mandando proceder sumariamente à demolição de novos casebres, daqueles em que fôr realizada qualquer obra e de qualquer construção que seja feita nas favelas."

"9º A prefeitura providenciará como estabelece no Título IV capítulo XIV dêste decreto para a extinção das favelas e a formação, para as substituí-las, de núcleos de habitação de tipo mínimo." (Código de Obras de 1937, quarta edição, 1964, *apud Valladares, 2005, p. 52-53*)

Há um período de mudança de postura quando é criada a Fundação Leão XIII (1947) em uma articulação entre a Igreja Católica e o Estado. A Fundação foi muito atuante nas favelas da cidade durante a década de 1950, promovendo uma série de intervenções de melhorias e de infraestrutura. Em 1956 é criado Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas (SERFHA), numa tentativa de consolidar os diferentes órgãos do governo que atuavam nas favelas (Gonçalves, 2024). Nesse período é elaborado e publicado o Relatório Sagramas (1960), que reforça a narrativa da favela como um problema urbano e habitacional, retratando as favelas cariocas como territórios da pobreza, apontando, porém, para a possibilidade de urbanização a partir da aplicação de uma política pública baseada em preceitos científicos (da Silva, 2012).

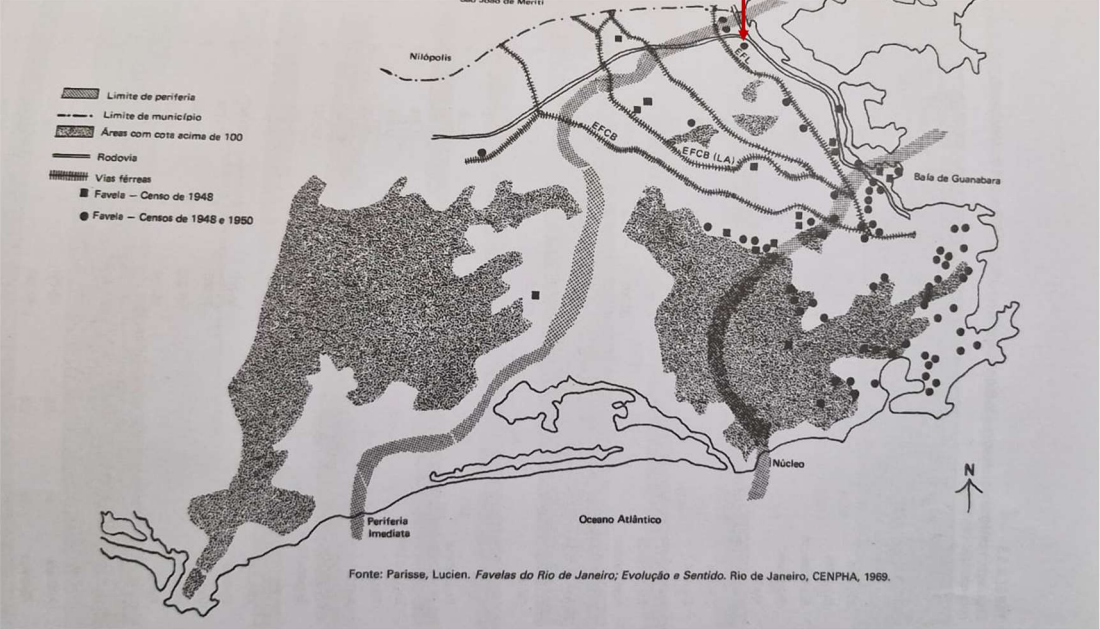
O estudo foi dirigido pelo professor José Arthur Rios (1921-2017), que logo em seguida assume a direção da SERFHA a convite de Carlos Lacerda e promove projetos de melhorias por meio de mutirões. A experiência durou apenas até 1962, quando Lacerda direcionou os esforços mais uma vez para a remoção das favelas e construção das Vilas (Vila Esperança, Vila Kennedy e Vila Aliança) com recursos da Aliança para o Progresso, inaugurando a era das remoções na cidade do Rio de Janeiro.

Entre 1963 e 1965, o urbanista grego, Constantinos Doxiádis, foi contratado pelo primeiro governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, com o objetivo de pensar uma agenda teórica, técnica e prática de planejamento urbano e regional no país. Como política para favelas, o plano propunha a urbanização de algumas delas, desde que se adequassem às formulações espaciais do plano, um processo vertical e sem a participação dos moradores de favelas. O plano identificava que a organização de favelas acontecia pela disponibilidade de terras desocupadas, a falta de recursos de população de baixa renda e sua busca por se

localizar junto a centros de emprego. Com isso, se omitia a questão central no debate: a estrutura do mercado de terras e da especulação imobiliária nos centros urbanos.

Com fortes influências no processo inflacionário, ocorrido no período do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), que afetou drasticamente os salários real dos trabalhadores e a valorização do solo nas cidades, uma vez que os proprietários neste período, preferiram manter seus lotes vagos, a vendê-los a preços afetados pela inflação. Esses fatores provocaram uma crise habitacional generalizada (Abreu, 2022, p.159), impulsionando o mercado loteamento cada vez mais distantes dos centros urbanos e com déficit de infraestrutura urbana, sobretudo de transportes. Esta realidade urbana provocou um aumento expressivo da população favelada, como pode ser percebido no comparativo das distribuições das favelas, observado através do censo de 1950 e 1960 (figuras 1 e 2).

Figura 1: Município do Rio de Janeiro: Distribuição das favelas (1948/1950)



Nota: Grifo dos autores - indicando a favela de Brás de Pina.

Fonte: Parisse, Luicén. Favelas do Rio de Janeiro; Evolução e Sentido. Rio de Janeiro, CENPHA 1969. *apud* Abreu, 2022, p.149

O censo de 1960, revelou que a cidade do Rio de Janeiro havia aumentado em 89 o número de novas favelas desde o último censo em 1950, passando assim de 58 para 147 territórios identificados como favelados. A população favelada saltou de 169.305 para 337.412 pessoas (Gonçalves, 2013, p.205), representando 10,15% da população do município, uma vez que a população carioca em 1960 chegou a 3,3 milhões de pessoas (Cavenaghi, 2006, p. 153). Esses dados podem ser conferidos na tabela de crescimento da população total e residente em favela na cidade do Rio de Janeiro, 1950/1991:

Tabela 1: Crescimento populacional RJ x Crescimento populacional favelado de 1960-1991

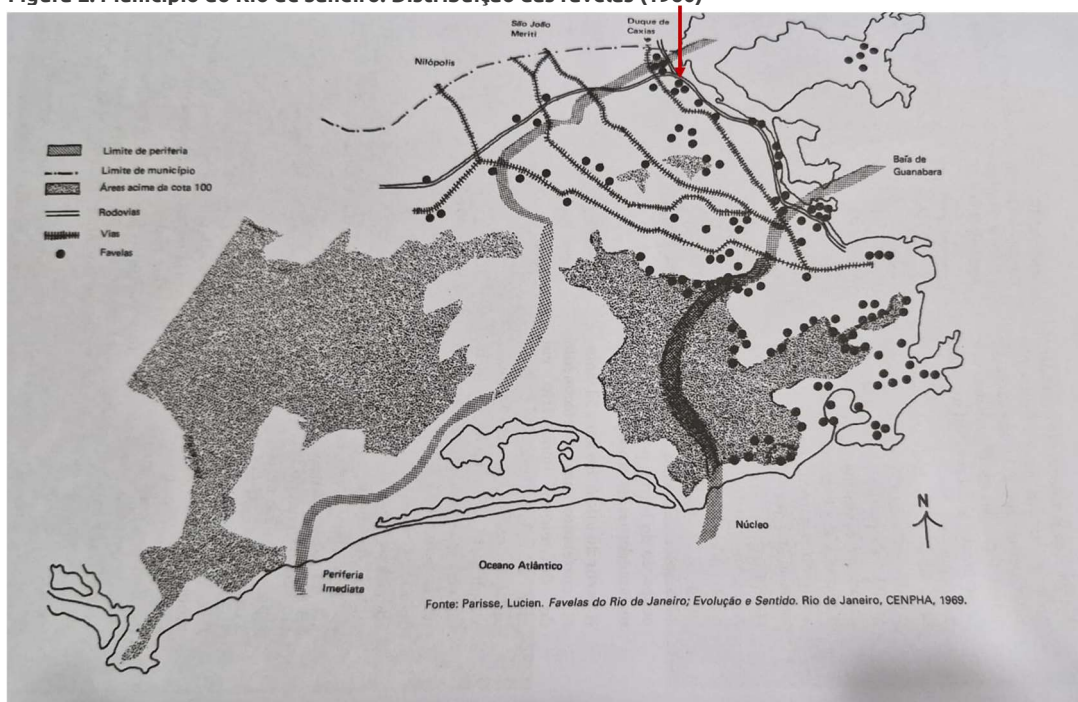
Anos	Pop. RJ	pop. Favel.	Cresc. Pop. RJ a.a	Cresc. Pop. Favel. a.a	Pop. fav. / Pop. RJ

1950	2.375.280	169.305	-	-	7,13%
1960	3.300.431	335.063	3,34%	7,06%	10,15%
1970	4.251.918	565.135	2,57%	5,37%	13,29%
1980	5.090.723	722.424	1,82%	2,49%	14,19%
1991	5.480.768	962.793	0,67%	2,65%	17,57%

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991 *apud* Silva, 2005, p.93

Uma tendência revelada na pesquisa censitária de 1960 foi a intensificação da ocupação dos subúrbios mais ao norte e oeste da cidade. Os maiores aumentos proporcionais de população, por aglomerado, se deram na expansão de favelas no litoral norte (Silva, 2005, p.93), nas margens da baía de Guanabara, área essa onde se encontra Brás de Pina.

Figura 2: Município do Rio de Janeiro: Distribuição das favelas (1960)



Nota: Grifo dos autores - indicando a favela de Brás de Pina.

Fonte: Parisse, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução e Sentido*. Rio de Janeiro, CENPHA 1969. *apud* Abreu, 2022, p. 173

BRÁS DE PINA NOS ANOS 1930

A história das primeiras ocupações da localidade, onde encontra-se o bairro, se cruza com o ambiente comercial. O bairro de Brás de Pina, que tem o nome do antigo proprietário desta terra, o Visconde de Brás de Pina¹, traz em seu histórico influências comerciais, que o colocam em evidência desde a colônia, quando suas terras eram utilizadas para plantio de açúcar e produção de aguardente. Todavia a pesca de baleias, as manufaturas e produtos a partir

desses mamíferos eram a principal frente comercial do território, como a extração de óleo de baleia, utilizado sobretudo para iluminação pública da cidade, até meados do século XIX, quando são substituídos por lâmpões a gás. Brás de Pina está localizada próximo ao bairro da Penha, na antiga freguesia de Irajá, no recôncavo da baía de Guanabara, na zona norte da cidade, na região conhecida como Leopoldina².

A denominação Leopoldina, está diretamente ligada à estrada de ferro construída na segunda metade do século XIX, que cortava o bairro de Brás de Pina e ligava o mesmo a muitos outros bairros, sobretudo a região Central da cidade, permitindo assim uma maior ocupação da área, como afirma Maurício de A. Abreu:

Embora atravessando terras mais baixas, sujeitas a inundações periódicas, próximas que estavam da orla da baía de Guanabara, a Rio de Janeiro Northern Railway Company, também chamada Estrada do Norte (futura Leopoldina Railway), teve papel indutor muito mais importante que a Rio D'Ouro. Sua primeira linha, inaugurada a 23/04/1886, entre São Francisco Xavier e Mirity (atual Duque de Caxias), interligou uma série de núcleos semi-urbanos preexistentes, (como Bonsucesso, Ramos, Olaria, Penha, Brás de Pina, Cordovil, Lucas e Vigário Geral) que, devido à grande acessibilidade ao centro proporcionada agora pela ferrovia, passaram então a se desenvolver em ritmo bastante acelerado. (Abreu, 2013, p. 53).

A estação de trem de Brás de Pina foi inaugurada no ano de 1910, trazendo uma nova dinâmica econômica, social e cultural para aquela região do bairro que persiste até os dias de hoje. Lima Barreto, em seu artigo para o jornal Gazeta de Notícias, publicado em 1921, fala um pouco sobre a importância das estações de trem no subúrbio.

Na vida dos subúrbios, a estação da estrada de ferro representa um grande papel: é o centro, é o eixo dessa vida. Antigamente, quando ainda não havia por aquelas bandas jardins e cinemas, era o lugar predileto para os passeios domingueiros das meninas casadouras da localidade e dos rapazes que querem casar, com vontade ou sem ela. Hoje mesmo, a gare suburbana não perdeu de todo essa feição de ponto de recreio, de encontro e conversa [...] (Barreto, 1921a, p. 2).

Todavia, outra centralidade de circulação de pessoas se faz presente no bairro após a década de 1940, quando as obras da Avenida Brasil, alcançam Brás de Pina. O encontro da Avenida Brasil com a Rodovia Washington Luiz (Rio-Petrópolis), ocorria na altura da favela de Brás de Pina. Esta intersecção de vias gerava uma movimentação de pessoas que vinham, por exemplo, da Baixada Fluminense, cortada pela Rodovia Washington Luiz, e precisavam ir para o Centro ou Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, cortada pela Av. Brasil. Esse movimento de troca de transporte e passagem de muitas pessoas, fez com que Brás de Pina, sobretudo na região onde se encontra a favela, ganhasse uma centralidade local e estratégica para a cidade. Essa centralidade também é responsável pelo surgimento e crescimento desta comunidade, especialmente pelas oportunidades de trabalho, sobretudo na construção civil e no mercado direto e indireto criado por ela.

As primeiras notícias que se tem dessa favela aparecem no fim dos anos 1930. Segundo Gilda Blank (1977), os primeiros moradores da favela, eram em sua maioria migrantes, vindos do Espírito Santo, Minas Gerais e interior do Estado do Rio de Janeiro, que vinham para a então

capital da república na busca de melhores condições de vida. Os seus ocupantes, identificavam Brás de Pina como local estratégico pelas proximidades de postos de trabalhos e serviços. A ocupação da área estava diretamente ligada a sua característica pantanosa e sua proximidade com a Baía de Guanabara.

A ocupação do local foi a princípio vagorosa (vagarosa) e gradativa; primeiramente às margens das ruas principais, onde a nesga de terra facilitava a colocação do barraco, estendendo-se aos locais mais alagadiços conforme o incremento da população (4), através de aterros, casas de palafitas, acesso em estrados de madeira, sempre sofrendo o influxo de preamar da baixa-mar (não compreensível), além do odor desagradável na ocasião das secas. Segundo uma das moradoras (5) “esperávamos baixar as águas e formamos uma ilha, puxando a lama. No começo, quando as águas subiam, invadiam o barraco até os joelhos. Com a continuação do aterro, em que eu e meu marido e minha filha trabalhávamos dia e noite, ficamos livre das águas”. Esta ocupação feita a partir das bordas do terreno limítrofe ao bairro, avançando em direção ao centro transformou e reduziu o pantano a apenas um charco central. (foto 1). (Blank, 1977, p.44)

A HISTÓRIA DA URBANIZAÇÃO - CONTEXTOS, ATORES E NARRATIVAS

BRÁS DE PINA *VERSUS* LACERDA (1964)

Em 1964 a favela de Brás de Pina foi uma dentre outras cinco escolhidas para ser removida para as Vila Aliança e Vila Kennedy no programa de erradicação promovido pelo governador Lacerda. Em janeiro do mesmo ano a cidade já havia presenciado o incêndio na favela do Pasmado, a primeira das cinco a serem removidas (Santos, 1981, p.32). Em 1º de abril ocorre o golpe militar, também apoiado por Lacerda.

Aprensivos com a violência do Estado, os moradores de Brás de Pina se articulam em torno da associação União de Defesa e Melhoramento da Favela de Brás de Pina para resistir à remoção. Segundo os relatos coletados na pesquisa, durante as festas juninas daquele ano algumas moradoras foram pedir ajuda ao pároco da Igreja de Santa Edviges de Brás de Pina, Padre José Sainz Artola (1928-2015), na luta pela permanência. Na ocasião, as assistentes sociais já estavam numerando os barracos para a remoção.

Padre Artola havia chegado da Espanha ao Brasil em 1961 para trabalhar nas favelas cariocas, onde havia carência de padres com disponibilidade para atuar. Ao receber o chamado dos moradores, toma para si a missão de buscar apoio na Arquidiocese do Rio de Janeiro com o objetivo de interceder nos planos de remoção. A partir de então, diversos padres de outras paróquias frequentaram a favela de Brás de Pina para se engajar na causa e os favelados continuam, pelos próximos meses, a sofrer assédio por parte dos agentes do Estado.

Sob forte pressão e com alguns moradores removidos sob coerção, Padre Artola realiza uma vigília de oração na favela que é narrada em um dos relatos coletados como “A Grande Vigília”.

O episódio causa uma grande comoção na favela e mobiliza um forte senso de comunidade nos moradores, que acirram a luta pelo direito de permanecer em suas casas.

Mais ou menos no meio da luta, nós fizemos a Grande Vigília. Porque a comunidade estava muito, muito desgastada (...) e foi um momento muito, muito, muito emocionante. A comunidade inteira rezando, os evangélicos orando e os centros - que a gente chamava de centro de macumba - batendo tambor. E aquilo me marcou muito porque eles bateram tambor a noite inteira. Inteira, inteira, inteira! Então a Grande Vigília, ela refaz a energia da comunidade. A comunidade reage contra as assistentes sociais, que espalhavam fake news... era uma bagunça... Policial constantemente na porta, constringendo e... em suma... (Agência IPPUR, 2022)

Em novembro os moradores montaram um acampamento de três dias no Palácio das Laranjeiras para apelar ao então Presidente Castelo Branco que fosse suspenso o plano de remoção (Figura 1). O ato foi amplamente divulgado nos jornais e a causa dos moradores ganhou apoio na opinião pública. Há nesse período uma aproximação de apoio entre a FAFEG e a Associação de Brás de Pina (Oakim, 2012, p. 69), o que explica o mote da FAFEG “urbanização sim, remoção não” nos cartazes dos manifestantes de Brás de Pina (Figura 2).

Após a manifestação, a favela continuou a sofrer com a visita dos assistentes sociais e com a violência policial da Invernada de Olaria (delegacia policial que ficou infame pelos episódios de tortura entre 1960 e 1970), com alguns moradores e o próprio Padre Artola sendo presos³ nos dias seguintes às manifestações.

Figura 3: Manifestação no Palácio das Laranjeiras. 20 de novembro de 1964.



Nota: Mulheres e crianças na frente de metralhadoras. As placas trazem a numeração marcada na casa de cada família.

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã, BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01664_d0007de0033

Figura 4: Favelados de Brás de Pina. 15 de setembro de 1964.



Nota: Urbanização sim, remoção não

Fonte: Arquivo Nacional, Fundo Correio da Manhã, BR_RJANRIO_PH_0_FOT_01664_d0014de0033- Fundo Correio da Manhã

Cinquenta padres católicos publicam um manifesto no dia 26 de novembro, denunciando a truculência e a falta de ética dos assistentes sociais do Estado, além de denunciar “a predeterminação em remover-se sob o pretexto de que o saneamento é difícil. Se não o é para a empresa a qual será vendido o terreno, não o pode ser para o Estado ajudado pelos moradores” (Correio da Manhã, 26/11/1964 *apud* Oakim, 2014). O manifesto também faz a defesa da urbanização como solução ao “gravíssimo problema” das favelas e posiciona parte da Igreja Católica em oposição direta aos interesses imobiliários e políticos da cidade.

O conflito entre Estado e Favelados foi amplamente divulgado na imprensa, com jornais publicando notícias ora à favor dos favelados, ora à favor de Lacerda. No dia 22 de dezembro Lacerda visitou a favela de Brás de Pina em mais uma tentativa de remoção da população à força, mas encontrando, porém, o grupo de padres católicos signatários do manifesto, que fazem a defesa dos favelados.

Os agentes do Estado continuam na investida remocionista durante o período do Natal, removendo algumas famílias sob ameaça nos dias 24 e 26 de dezembro. Oakim (2014) aponta para a simultaneidade das resistências nas favelas de Brás de Pina e Esqueleto, e que a repressão violenta das manifestações nessas favelas serviam como exemplo para todos os moradores de favelas da Guanabara (p. 68). Em 31 de dezembro é publicada uma fala de Lacerda acusando o Pe. Artola de demagogo⁴.

O ano de 1964 terminou com muitas derrotas para a população favelada (com o processo de remoção da favela do Esqueleto terminando apenas em 1965) mas em Brás de Pina a população consegue sair vitoriosa e com um forte senso de engajamento coletivo. O governador da Guanabara desiste de remover a favela em janeiro de 1965 devido à forte oposição organizada pelos padres e moradores, assim como pelo desgaste político que os próprios processos de remoção causaram na opinião pública.

Vale lembrar, também, que em 1964 foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o que mais tarde possibilitou o emprego de vastos recursos para a construção de conjuntos habitacionais, intensificando mais uma vez o programa de remoções na cidade até a década seguinte.

ELABORAÇÃO DO PLANO POPULAR DE URBANIZAÇÃO (1965-1966)

Em 1965, após vencer o embate contra a remoção, a Associação União de Defesa e Melhoramento da Favela de Brás de Pina iniciou a elaboração de um plano de urbanização, financiado pelos próprios moradores. A partir da mediação da FAFEG, esse processo contou com a assessoria técnica do grupo Arquitetura e Realidade, que mais tarde se transformaria no grupo Quadra⁵. Este plano popular apresentava a urbanização como alternativa viável às remoções e tinha como objetivo provar para as autoridades que a urbanização era possível e por urbanização eles entendiam: Legalização da posse da terra, execução de obras de infraestrutura urbana e melhoria das condições de organização do emprego (Blank, 1977).

Em dezembro de 1966 os moradores concluem o “Anteprojeto do Estatuto de Urbanização”. O que se destaca nesse estatuto é a concepção de que a comunidade tinha o poder de liderar o próprio processo de urbanização, ao mesmo tempo que se reconheciam a importância do saber formal para assessorá-los. O Estatuto, também desempenhava a função de regulamentar os deveres dos moradores, pautando sempre nos conjuntos de valores que orientavam esse esforço coletivo, como autonomia, solidariedade e igualdade de condições. Além disso, o documento revela que a Associação tinha o perfeito entendimento que não poderia contar exclusivamente com o Estado para viabilizar a urbanização, ainda assim, continuariam negociando a procura por legitimidade deste documento junto aos poderes públicos, uma vez que este Estatuto foi construído para o bem coletivo, e de acordo com as especificidades entendidas pelos próprios moradores para o território.

Em 1966, Negrão de Lima assumiu o governo do Estado, destacando-se por liderar uma campanha que se posicionava contra a transferência de moradores para conjuntos habitacionais distantes. Comprometeu-se a não seguir com as remoções e a buscar outras alternativas para a questão habitacional, estabelecendo uma oposição aos mecanismos implementados pelo Governo Federal e ao antigo Governo Estadual. No entanto, é importante destacar, que as lideranças reforçam nos depoimentos que não houve espaço de negociação sobre o Estatuto Popular no processo de urbanização de Brás de Pina (Agência IPPUR, 2022).

O ESTADO EM CONCILIAÇÃO COM A FAVELA (1966-1967)

Na mesma época em que estava sendo elaborado o plano de urbanização popular, o Governo Estadual, no sentido de cumprir suas promessas de campanha, criou em maio de 1966 um grupo de trabalho denominado GT 3881. O GT tinha a incumbência de elaborar um programa preliminar nos setores de planejamento, habitação, urbanismo e industrialização voltado para atender as favelas da Guanabara. O grupo nasce com a missão de viabilizar um programa de recuperação de favelas e negociar o financiamento desse programa junto às entidades financeiras nacionais e internacionais (Blank, 1977, p.63).

Santos (1981) aponta que Negrão de Lima teve de fazer muitas concessões para ser empossado governador na conjuntura política da época, e a sua política habitacional foi em grande medida esvaziada devido a isso.

Durante a sua campanha como candidato das massas, Negrão explorou muito os desmandos autoritários de Lacerda em relação a favelas e favelados. Comprometeu-se a não seguir com as remoções e a buscar outras alternativas. Uma vez eleito, descobriu que eram outras as intenções federais: a questão habitacional carioca estava enquadrada em objetivos que diziam respeito ao macromodelo de desenvolvimento proposto para o país. (Santos, 1981, p. 49)

Outro ponto interessante apontado por Santos é a mudança de paradigma na escala internacional caracterizada pelo “Relatório Wagner” - um estudo desenvolvido pelos professores norte-americanos Wagner, McCoy e Edwards sobre os programas das Vilas financiadas pela USAID que recomendava a USAID e ao governo do Estado que investissem em um programa de desenvolvimento habitacional e comunitário (Santos, 1981, p. 49, 50 e 91).

Em janeiro de 1967 esse grupo é vinculado à Companhia de Progresso do Estado da Guanabara (COPEG) e inicia-se uma pesquisa demográfica em parceria com o Instituto de Sociologia da PUC-RJ e o Centro de Pesquisas Habitacionais (CENPHA) do BNH. Nos primeiros contatos com a favela, descobre-se a existência do grupo Quadra, que nesse momento estava elaborando o plano de urbanização (Pugliesi, 2002, p. 68). Decide-se assim, integrar o grupo de arquitetos ao GT 3881. Os arquitetos passam então de contratados dos favelados a contratados do Estado.

É interessante notar que a movimentação para a criação da CODESCO se deu em um órgão que, a princípio, não se relacionava com pauta habitacional ou de desenvolvimento urbano. A COPEG, entretanto, era um órgão do Estado que possuía ainda alguma autonomia dentro do cenário político da época (apesar de internamente haver disputas, como veremos adiante). Dentre o quadro da COPEG, destaca-se o economista e diplomata Marcílio Marques Moreira, que se torna o primeiro presidente da CODESCO e assina o convênio entre o Governo do Estado da Guanabara e a USAID para financiar o início dos trabalhos da urbanização.

NASCE A CODESCO (1968-1969)

Em 1968, o Governador Negrão de Lima cria a Companhia de Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO) instituída como um dos órgãos executores da política habitacional do Estado da Guanabara. Como parte das ações previstas, foi definido que o primeiro projeto de urbanização seria implementado na favela de Brás de Pina. Em meio ao período repressivo, a CODESCO representava, uma renovação de perspectivas transformadoras, e uma esperança inclusive para outras favelas ameaçadas que passaram a reivindicar por urbanização.

No entanto, segundo Santos (1981), a sobrevivência da CODESCO sempre foi difícil. Ela só tinha o apoio do governador e de algumas facções do governo estadual. A instituição foi criada para integrar os programas do Banco Nacional de Habitação (BNH), cujas diretrizes eram fundamentalmente opostas aos seus objetivos. Esses desafios tornaram-se ainda mais evidentes num contexto marcado pelo auge das políticas de remoção.

A Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM) foi instituída pelo Decreto Federal nº 62.654, de 3 de maio de 1968, quatro meses após a criação da CODESCO, pelo Governo ditatorial. Vinculada ao ministério do interior, essa instituição teve como objetivo coordenar as políticas de habitação do BNH para as classes de baixa renda (Santos, 1981). No entanto, a CHISAM tinha uma visão oposta da CODESCO referente ao tratamento das favelas, pretendendo dar continuidade ao programa de erradicação. À medida que a CODESCO avançava com o programa de urbanização, suas ações passaram a tensionar os princípios da política oficial de remoções de favelas. Isso resultou em desafios constantes, para o funcionamento da CODESCO especialmente no que tange à execução de seus projetos, uma vez que sua viabilização dependia da aprovação do BNH para a obtenção de recursos financeiros (Blank, 1977, p. 66 e Santos, 1981, p. 80).

O acesso aos arquivos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), disponíveis para consulta desde 2015 no SIAN, elucidam o conflito interno à administração pública que ocorria nesse período. Essa disputa é brevemente tratada nos trabalhos de Blank (1977), que utiliza a expressão *facções do Governo Estadual* e *facções do BNH*, mas não haviam elementos suficientes para caracterizar como essa disputa se deu.

Dentro da própria COPEG havia dissidências e oposições que se colocaram como barreiras ao funcionamento da CODESCO. Um dos diretores opositores na COPEG, Wilson Leite Passos⁶ (1926-2016), abre uma denúncia em 1969 na Comissão Geral de Investigações (CGI) que envolve os demais diretores a responder a um processo judicial que se estende pela década seguinte. Na justificativa da denúncia, consta apenas a ata de criação da Companhia, com a transcrição do voto contrário do próprio Passos:

Votando sobre a criação da CODESCO, manifestou-se o Diretor Wilson Leite Passos, considerando o referido organismo, no seu entender, em hipótese alguma dará solução ao problema das favelas, tendo em vista que não basta dar melhores condições de vida aos habitantes das referidas favelas, mas o que se torna fundamental é impedir a proliferação de

novas favelas, o que só se torna possível mediante uma ação decidida do Governo Estadual em conjugação com o Governo Federal, visando a, em primeiro lugar, não admitir o surgimento de novas zonas de favelas e, em segundo lugar, fixar nos seus locais de origem os possíveis imigrantes das favelas.

Considerou, ainda, que tais propósitos não sendo executados firme e decididamente, muito ao contrário, o beneficiamento das favelas e das condições de vida dos favelados, nos termos propostos, será fator de atração para o surgimento de novas favelas, e, conseqüentemente, o agravamento do problema que se pretende solucionar. (Arquivo Nacional, Fundo Conselho de Seguranga Nacional, br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0385_d0001de0001.)

Os acontecimentos desse período (1966-1969) suscitam o entendimento de que a disputa a respeito do “problema favela” ocorria de forma transescalar (Vainer, 2001). De forma sucinta, podem ser identificadas ao menos quatro escalas de ação na disputa entre a remoção *versus* urbanização: Na escala da favela, haviam os moradores elaborando o plano de urbanização e as articulações políticas com o governo; Na escala do governo do Estado havia um grupo de políticos e administradores favorável à urbanização que se articulam entre si, com a favela e representantes das agências multilaterais para viabilizar a experiência mesmo na conjuntura política da época; Na escala Federal há a imposição de um modelo macroeconômico que tem a produção habitacional em escala como motor; Enquanto na escala internacional há um grupo de professores e intelectuais, que exerceram poder de influência sobre a USAID, e conseqüentemente sobre a diplomacia americana, e conseguiram legitimar e dar recursos a pauta da urbanização de favelas. As próprias escalas de ação foram produzidas através da atuação dos grupos que disputavam qual seria a melhor “solução” para o “problema” das favelas e as disputas em cada nível da escala influenciaram as demais.

DESARTICULAÇÃO POPULAR E REMOÇÃO BRANCA (1969-1970)

Em razão dos instrumentos de financiamento adotados pela CODESCO, os quais eram orientados por uma lógica de mercado, a urbanização também foi marcada pela remoção de uma parcela significativa dos moradores originais da favela⁷. Nesse contexto, é possível realizar uma análise crítica desse processo, contextualizando a experiência em Brás de Pina como um exemplo de urbanização removedora (Valladares, 1978), destacando o episódio de urbanização como um caso emblemático de remoção branca (Santos, 2021).

Em 1969, concluídas as obras de infraestrutura, a CODESCO deu início à liberação de financiamentos por meio do programa RECON-Social do Banco Nacional da Habitação (BNH), possibilitando que os moradores comesçassem a construção de suas casas. Beneficiadas pelo financiamento, as famílias eram responsáveis pela aquisição dos materiais de construção, bem como pela execução das obras, que deveriam ser realizadas pelo sistema de mutirão. O processo de construção das casas, para os primeiros beneficiados com o financiamento, aconteceu rapidamente. Em apenas dois anos após o início das obras, o perfil predominantemente das habitações foi transformado, passando de barracos de madeira para casas de alvenaria. Em 1975, o território passou a ser constituído por 604 lotes ocupados por

casas de alvenaria com financiamento, 70 lotes ocupados por casas de alvenaria por conta própria e 213 lotes ocupados por barraco de madeira (Blank, 1977, p.29).

A transformação, no entanto, foi impulsionada pela pressão da vizinhança, que demonstrava urgência em modificar o local. Nesse sentido, Santos (1981) atribui a rapidez desse processo aos “efeitos multiplicadores deflagrados espontaneamente”, ressaltando que, à medida que os vizinhos iniciavam a construção de suas casas, aqueles que ainda viviam em barracos eram pressionados a construir ou vender seus direitos. Além disso, essa manifestação refletia-se, em grande parte, na condição imposta pela CODESCO, que obrigava à destruição dos barracos assim que as novas casas estivessem construídas.

Contudo, o modelo de financiamento destinado à construção das casas, não levou plenamente em consideração a realidade socioeconômica das famílias. As mais vulneráveis não conseguiram acesso ao financiamento, e uma parte daquelas que conseguiram, encontraram obstáculos relacionados ao longo prazo de pagamento, a majoração de juros e o aumento do custo da moradia. Como consequência, no início dos anos 70 cerca de 16% dos moradores originais envolvidos na luta pela permanência e na conquista pela urbanização, tiveram que deixar o local, sendo substituídos por gente de fora, através de uma alternativa que consistia na venda de “direitos” à participação no plano (Santos, 1981).

Dessa forma, as famílias em situação de maior vulnerabilidade passaram a vender seus direitos de construir, optando por se deslocarem para outras favelas. A urbanização, que inicialmente se apresentou como uma alternativa ao programa de erradicação de favelas culminou em um processo de remoção branca. Santos (2021), identifica esse fenômeno como um processo de remoção silenciosa, impulsionado pela intensificação da dinâmica do mercado imobiliário, que impacta em um aumento significativo no custo de vida local. Diante da inviabilidade de se manterem no local, os moradores acabam migrando, de forma voluntária, para regiões compatíveis com suas possibilidades financeiras.

Percebe-se que essa é, em si, uma forma mais sutil de remoção, pois nem sempre é facilmente percebida, devido sua aparência vantajosa ou de menor impacto negativo, uma vez que está associada a uma recompensa final, que surge a partir de negociações indenizatórias sem significativa resistência. Neste sentido, no capítulo “Os próprios favelados inventam saídas” Carlos Nelson classifica a venda do direito de construir, como uma medida positiva para os moradores:

Quem achou que não tinha condições de participar do plano decidiu, por conta própria, sair e ainda achou maneira de lucrar com isso, considero a solução muito feliz, pois foi ao mesmo tempo uma garantia de mobilidade, difícil de programar e, em última instância, benéfica ao plano e também uma forma de capitalização perfeitamente coerente com o sistema urbano global. Os direitos, que começaram

a ser vendidos por Cr\$ 400,00 em 1968 e 1969, terminaram por valer Cr\$ 4.000,00 em 1971 (Santos, 1981, P. 72).

Como estratégia de contornar a situação, parte dos moradores passou a solicitar o financiamento para construir casas de renda, isto é, edificações de dois ou três pavimentos, com unidades destinadas para fins comerciais, aluguel e outras formas de geração de recursos financeiros. O objetivo era viabilizar o pagamento do financiamento e sustentar os novos custos associados à moradia e à renda familiar. Essa tipologia de habitação é comumente encontrada, principalmente em territórios populares e subúrbios cariocas. No entanto, em Brás de Pina, essas construções contrariavam as diretrizes da CODESCO, que proibiam edificações acima de dois andares. Assim, as famílias construíam esse tipo de moradia de maneira informal, como uma alternativa para evitar a venda de direitos e permanecer no local.

Em síntese, a CODESCO permitia a venda de direitos, enquanto oficialmente proibia as construções para fins especulativos. Assim, podemos concluir que houve uma inação estratégica da CODESCO, que não buscou medidas para intervir a saída dos moradores. Na verdade, para ela, a rápida mudança nas características de favela, mesmo em detrimento dos mais vulneráveis do território, era vista como uma prova do sucesso do programa. “Para ela era positivo o que estava acontecendo. A estonteante mudança na favela era uma prova de que suas premissas estavam certas e ajudava na sua luta por sobreviver” (Santos, 1981, P. 71).

Assim, a trajetória da Favela de Brás de Pina evidencia um ciclo complexo de resistência e remoções. Inicialmente marcada pela tentativa de despejo forçado em 1964, a luta dos moradores garantiu sua permanência e impulsionou a urbanização da favela. Contudo, as dinâmicas de financiamento adotadas pela CODESCO durante esse processo acabaram promovendo, na etapa final, uma intensa remoção dos moradores originais, fechando este episódio marcado pela resistência, em uma forma de remoção silenciosa.

Importante destacar, que durante o processo de urbanização, diversas transformações ocorreram na associação de moradores, como a reestruturação de sua diretoria, que passou a refletir de maneira mais alinhada às formas de atuação da CODESCO. Gradualmente a associação perdeu sua representatividade, enquanto a companhia consolidava-se como uma instituição centralizadora, ampliando seu controle sobre o território.

Desta forma, a associação foi perdendo sua influência e autoridade diante dos moradores enquanto a CODESCO passou a assumir o controle das demandas do programa tratando questões diretamente com os moradores. Aos poucos foi se perdendo os princípios de solidariedade e reivindicações coletivas. As famílias passaram a concentrar seus esforços na solução individual de moradia. Além disso, a população também era outra, não conhecia a relevância da associação ou dos seus antigos líderes para a história de Brás de Pina (Santos,

1981). Nesse sentido, os mecanismos de controle social adotados pela companhia resultaram, diretamente, em uma desarticulação popular.

QUEBRA DA CASA BRANCA, PRISÃO E PROCESSO DO PE. ARTOLA (1970-1971)

A saída dos antigos moradores pelo processo de gentrificação e da perda de poder popular no território causou profunda revolta nas lideranças da Associação, que se dispuseram a quebrar a “Casa Branca” (sede da CODESCO na favela) para pôr fim à ocupação do órgão no território. Segundo relatos coletados na pesquisa, Padre Artola, como forma de proteger os moradores, vai sozinho à sede da Companhia no dia 31 de dezembro de 1970 e destrói a marretadas as paredes do segundo pavimento, que estava em construção. O episódio ficou conhecido como a quebra da “Casa Branca”.

O estopim para o episódio foi a tentativa de negociar a saída da companhia, que havia feito uma promessa inicial aos moradores de permanecer no território apenas até a conclusão do processo de urbanização. No entanto, a instituição, que anteriormente assumiu esse compromisso, passou a justificar sua permanência alegando que “só teria condições de devolver a favela aos favelados depois de terminado o plano de financiamento às novas habitações, isto é, dentro de uns 20 anos” (Santos, 1981, P. 77).

Por esse ato, o padre foi preso em sua igreja, na mesma noite e levado à 22ª delegacia de polícia. Levado ao DOPS, curiosamente, encontra Alípio de Freitas (1929-2017), que registrou a passagem de Artola em seu livro de memórias “Resistir é Preciso” (2024, p. 94):

Durante esse período, foi preso e levado para o DOPS o Padre Artola, espanhol, vigário da paróquia de Brás de Pina, no subúrbio carioca.

É um cara baixo e atarracado, como são geralmente os espanhóis, raçudo, disposto e sem medo de assombrações. Passou apenas alguns dias entre nós, mas sua presença arcou todos aqueles que com ele conviveram. Fora preso porque, discordando dos métodos de trabalho assistencial da Secretaria de Estado que cuida dos problemas relativos às favelas, resolveu enfrentá-la com uma briga definitiva, impedindo os assistentes sociais do Governo de continuarem o seu trabalho de alienação entre a massa favelada. (...) Armou-se de uma marreta e destruiu o Centro Comunitário do Governo, cuja construção já estava na laje. (Freitas, 2024, p. 94 e 95)

Figura 5: Favelado diz porque padre fez demolição.



Pouco restou do prédio da Codisco na favela de Brás de Pina, que o padre José Artola destruiu a golpes de marretas

Favelado diz porque padre fez demolição

O presidente da União de Defesa e Melhoramentos da Favela de Brás de Pina, Sr. Geraldo Miguel de Souza, disse ontem que o padre José Artola — destruiu um pavimento do prédio da Codisco ligada à favela Brás de Pina, na última dia 31 — foi "perseguido, mas justificado pela quebra de um compromisso assumido anteriormente pela instituição".

O representante, segundo o presidente da União, era a retirada dos funcionários da Codisco do terreno da urbanização da favela, a 4 de março passado. Até então, o padre José Artola continuava preso no Diálogo, que não fez qualquer compromisso a respeito.

EXPLICAÇÃO

O Sr. Geraldo Miguel disse ao "JORNAL DO BRASIL" que desde 1968 tem havido tentativas para acabar com a favela, que tinha condições de urbanização. No fim de 1969, o então Governador Carlos Lacerda fez pessoalmente ao local, constituindo pela remoção. O padre José Artola entendeu-se com o Governador, e este se comprometeu a desistir.

Em seguida, a União de Defesa e Melhoramentos da Favela tentou, de forma desleal, um levantamento topográfico da região, para provar que a favela tinha condições de ser urbanizada. Terminado o levantamento, já no Conselho Municipal de Lima, o documento foi encaminhado ao Prefeito. Depois de examinado, concluíram as autoridades pela aprovação do documento. Quando as obras de urbanização foram iniciadas,

diante da União de Defesa e Melhoramentos da Favela de Brás de Pina, Sr. Artola, obtiveram um compromisso verbal de representantes da Codisco, segundo o qual eles se retirariam do local assim que as obras fossem terminadas. Mas o compromisso não foi respeitado, e no fim de 1969, o padre Artola, que tinha construído um prédio de um só andar, começou a trabalhar um segundo pavimento, segundo o Sr. Geraldo Miguel de Souza.

Nesta altura, em direção à sede da Codisco, foi enviado um comunicado em audiência no dia 15 de setembro, mas não foi atendido. A 21 de dezembro, recebeu documento ao órgão, intimando-o a permanecer os funcionários da Codisco, e advertia "em contrário com consequência desagradável", pois sobrava a intenção do padre na remoção do local.

O ofício, datado de 27 de dezembro, pede uma resposta até dia 31, quando, segundo o comunicado, o padre José Artola, destruiu o segundo pavimento do prédio, que está localizado na lot 12, quadra 5-B da Rua 31. Mesmo assim, explicou o Sr. Geraldo Miguel, nada foi feito para acabar a situação.

DEMOLIÇÃO

No dia 31, às 17 horas, quando de uma marretas e sem batina, que foi auxiliada por calças e blusas, o padre Artola começou a demolir o prédio, destruindo os quatro pavimentos do segundo pavimento.

Horas depois, chegaram os agentes da 2.ª Delegacia Policial, e com ordem para prender o padre, que se acompanhava à Delegacia. Daí o padre foi encaminhado ao DOP, que até então, à tarde não expedia qualquer comunicado a respeito.

Nota: No texto: o gesto do padre José Artola foi causado pela quebra do compromisso de retirada da Codisco após o término das obras.

Fonte: Jornal do Brasil, 4 de janeiro de 1971.

Após duas semanas preso, o pároco é solto em 14/01/1971, o Padre e mais oito moradores, presos simplesmente por estarem vendo a ação de Pe. Artola, respondem a um processo criminal por todo o ano de 1971. O caso foi amplamente divulgado pelos jornais e foi acompanhado de perto pela igreja. Após sua liberdade o Padre reassume a sua função paroquial. Todavia alguns membros da sua paróquia se afastam, por medo da repressão do período. Os demais fieis, bem como a maior parte dos padres da arquidiocese, apoiam Artola. Naquele mesmo ano, contudo, morre o arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara (1894-1971), sendo substituído por Dom Eugênio Sales (1920-2012), que não tinha aprovação da maioria dos padres, mas por exigência do governo militar, foi aclamado Arcebispo da arquidiocese carioca.

Dom Eugênio, tinha diálogo direto com o governo militar e se tratando do caso do Padre Artola, logo no início de seu episcopado foi interpelado pelo General Antonio Carlos da Silva Murici (1906-2000), através Comissão Bipartite, canal secreto de discussões com a alta hierarquia da igreja católica para estabelecer um diálogo que impedisse a rápida deterioração das relações entre Igreja e Estado (Souza e Serbin, 2001, p.566). O General, se diz incomodado com a situação do processo do pároco, o classificando como "procedimento pouco digno", tendo para essa reclamação Dom Eugênio se comprometido a enviar Artola, de volta à Espanha a princípio como pretexto de retirada de férias.

Durante o período do processo, o padre foi duramente investigado e torturado, na tentativa de se buscar “provas”, que o mesmo representava um perigo à ordem nacional e justificasse seu enquadramento pela Lei de Segurança Nacional. Percebendo a repercussão do caso, boa parte dos párocos do Rio de Janeiro, amigos de Artola, se posicionaram frente a Dom Eugênio, solicitando o respaldo da igreja junto ao Padre e informando que não aceitariam sua expulsão.

Essa movimentação modificou a sentença do processo, proferida em 1972, onde o Padre, foi condenado por difamação a CODESCO, todavia não cumpriu a pena, e os 8 moradores que responderam o mesmo processo foram absolvidos.

E DEPOIS DA URBANIZAÇÃO?

De acordo com o relato dos moradores, a partir de 1971, Padre Artola optou por se distanciar do movimento comunitário devido ao fato de estar sendo monitorado e respondendo a um processo. Esse afastamento teve como objetivo evitar que sua vinculação afetasse as atividades que vinham sendo desenvolvidas pelos moradores.

Em 1979, durante o processo de redemocratização, líderes da antiga associação de moradores, que havia sido impactada pela atuação estatal, fundaram a Irmandade Santa Edwiges de Bráz de Pina. Este grupo, que anteriormente elaborou o estatuto de urbanização, passou a se reunir com o objetivo de tratar os problemas deixados pela urbanização, principalmente a questão da titularidade dos terrenos. A fundação da irmandade teve como objetivo dar continuidade aos trabalhos sociais, possibilitando um espaço para o debate, resolução de questões, trabalhos comunitários, dentro de uma estrutura institucional atuando como um elo entre as camadas populares e os órgãos públicos. Em 1981, Padre Artola passa a assessorar a Irmandade, atividade que se estendeu até a primeira década dos anos 2000. Nesse período, os esforços realizados em colaboração com os moradores culminaram na publicação do livro *Pobres e projetos estratégicos* (2000).

Neste livro elaborado de forma coletiva com os moradores, Padre Artola faz uma série de propostas fundamentadas em anos de lutas e experiências acumuladas pela população, incluindo sua reivindicação por moradia digna. Com a “cidade informal” no centro do debate, propõe alternativas para melhorias de vida nas favelas, como o Bairro Popular Alternativo. Além disso, especialmente para as Autoridades Estatais enfatiza a necessidade de valorização da cultura popular para elaboração de políticas públicas mais democráticas, que reflitam os saberes populares.

CONCLUSÃO

Atualmente o trabalho de pesquisa conseguiu identificar novos elementos que são importantes para aprofundar o entendimento do episódio. Dentre estes, destaca-se o

documento encontrado no fundo arquivístico da IRSANED intitulado “Anteprojeto do Estatuto de Urbanização”, documento redigido pela União de Defesa e Melhoramentos da Favela de Braz de Pina em dezembro de 1966 que descreve como os moradores deveriam se organizar para que a urbanização fosse conduzida por meio do trabalho de mutirão. No documento é possível perceber que a autonomia, a solidariedade e a igualdade de condições entre moradores, eram os valores basais que deveriam nortear todo o trabalho da urbanização. O documento também mostra que a Associação de Moradores tinha o perfeito entendimento que não poderia contar exclusivamente com o Estado para viabilizar a urbanização, mas, ainda assim, deveriam continuar lutando para pleitear melhores condições junto aos poderes públicos. Outro ponto interessante do Estatuto é o reconhecimento da importância do saber formal de engenheiros e arquitetos para a construção das casas.

A partir de consultas ao fundo Gilda Blank, conseguimos identificar documentos, formulários e relatórios da CODESCO, fotografias da favela, além de plantas técnicas e desenhos elaborados pelos moradores para a construção de suas casas. Esse fundo é valioso para entender como se deu a atuação da equipe técnica no trabalho de campo além dos pormenores da política pública, como as formas de financiamento das construções, por exemplo.

Os acervos familiares, sobretudo os álbuns fotográficos, também são importantes testemunhas deste processo de articulação urbana. Eles não foram construídos para relatar esse processo em si, mas acessar as memórias do cotidiano familiar ou da vizinhança capturados nesses registros se desdobram em longas conversas, sobre o território de Brás Pina como pano de fundo principal e tendo o episódio da urbanização e a luta feita pelos moradores como fio condutor de tantas histórias locais.

Os documentos disponibilizados através do trabalho da Comissão Nacional da Verdade em 2015 também são valiosos para compreender a perseguição sofrida pelo Padre Artola desde a sua atuação contra a remoção em 1964, além de demonstrar que os trabalhos acadêmicos desenvolvidos por Santos (1981) e Blank (1977) provocaram um apagamento deliberado de sua história e importância. Santos, por exemplo, dá pouca importância para a atuação posterior do Padre Artola, dizendo que entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980 o padre ficou “isolado e sem importância” (Santos, 1981, p. 82). Documentos do Arquivo Nacional, entretanto, mostram que o Padre Artola era investigado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) como um “padre subversivo”, e que a igreja católica do Rio de Janeiro, na época chefiada por Dom Eugênio de Araújo Sales, atuou junto aos militares para neutralizar a liderança do Padre Artola. Similarmente, Blank nem chega a citar o nome do Padre, se referindo à liderança apenas como “o pároco do bairro que, com o objetivo de lutar pela permanência no local, provocou clima de violência” (Blank, 1977, p. 60).

A partir do levantamento da memória pela oralidade e pelos acervos locais em conjunto com a análise dos fundos institucionais, podemos ampliar a história de Brás de Pina de modo a permitir a incorporação das narrativas periféricas, cuja atuação de luta coletiva foi essencial

para viabilizar a primeira urbanização de favela do país mesmo em um cenário político ditatorial e repressivo.

A urbanização conduzida pela CODESCO resultou em impactos significativos, entre os quais se destacou o processo de remoção branca, afetando a saída de moradores originais da favela. Ademais, esses atores, que participaram e foram testemunhas diretas desse processo por vezes tiveram suas participações omitidas na literatura oficial. Esses fatores comprometeram a preservação da memória coletiva urbana, implicando no esquecimento desse caso em parte significativa de novos moradores e gerações mais novas do território. No contexto atual, a mobilização dessa memória desempenha papel crucial para o fortalecimento do senso de pertencimento e para a construção da identidade local.

Por fim, faz-se necessário complexificar essa experiência de urbanização, que se tornou referência para as iniciativas posteriores de urbanização em favelas no Rio de Janeiro. Sobretudo a narrativa do "processo participativo", que é o tema que mais aparece nos trabalhos acadêmicos sobre a experiência em Brás de Pina e que na prática foi um processo marcado pela prisão de lideranças, remoções de moradores e o desmantelamento de um trabalho de autogestão que vinha sendo desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida, 1948-2011. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro/ Maurício de Almeida Abreu**. 5.ed. - Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022.

Agência IPPUR. **Brás de Pina - O que poderia ter sido ainda não foi**. Youtube, 16 de dezembro de 2022. Disponível em:
<<https://youtu.be/pB69OvhvS2g?si=4AagxnRQkAEcEjPN>>. Acesso em: 29 de novembro de 2024

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Editora FGV. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ -- 2013

ARTOLA, Padre. **Pobres e projetos estratégicos**. Vozes, 2000.

BARRETO, L. **A estação**. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 6 out. 1921a, p.2.

BLANK, Gilda. **Experiência em urbanização de Favela Carioca - Brás de Pina**. Tese apresentada ao curso de Planejamento Urbano e Regional da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro, RJ – 1977.

FREITAS, Alípio de. **Resistir é preciso**. Rio de Janeiro: Editora Aimberê, 2024. 2ª edição.

CARDOSO, Adauto L., LUFT, Rosangela M. e XIMENES, Luciana A. **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro** [recurso eletrônico] / organização Adauto L. Cardoso, Rosangela M. Luft, Luciana A. Ximenes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

GONÇALVES, Rafael Soares. **FAVELAS do Rio de Janeiro: histórias e direito**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares. E o prefeito sobe o morro: as intervenções da gestão Pedro Ernesto nas favelas cariocas. In: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mário; AMOROSO, Mauro (orgs.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**, v. 1 Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Pallas, 2021, p.57-85.

_____. Favelas e memória: primeiros projetos de urbanização. Organização: Rafael Soares Gonçalves - Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Numa Editora, 2024.

PUGLIESI, Stella Christina Silveira de Toledo Santos. **Urbanização de favelas: de alternativa a política consolidada**. 2002. Dissertação (Mestrado em Tecnologia do Ambiente Construído) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002. doi:10.11606/D.18.2002.tde-23052024-161721. Acesso em: 2024-12-02.

SANTOS, Andreia Nogueira dos. **Gentrificação de favela: discurso ou ameaça no Morro do Vidigal?**. Tese (Doutorado em Serviço Social) -Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2021.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ – Zahar Editores, 1981.

DA SILVA, Luiz Antônio Machado. A partir do relatório SAGMACS: as favelas, ontem e hoje. In: MELLO, Marco Antônio da Silva et al. **Favelas cariocas ontem e hoje**. Garamond, 2012. p. 51-63.

SILVA, Thiago e LISIAK, Janaína. QUADRA / CODESCO realiza urbanização participativa na favela Brás de Pina. **Cronologia do Pensamento Urbanístico**, acesso em 8 de maio de 2023. Disponível em: <<http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1565>>.

SILVA, Soraia Santos da. BRÁS DE PINA: MEMÓRIA DA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NA URBANIZAÇÃO DE UMA FAVELA. Capítulo publicado em: **Arquitetura e Urbanismo: Planejando e Edificando Espaços 2** / Organização: Bianca Camargo Martins. – Atena Editora, 2019.

SOUZA, Sara Cristina de. SERBIN, Kenneth P. **Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**, tradução: Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001, 566 p. PUC-SP. Revista de Estudos da Religião.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

_____. **A Gênese da Favela Carioca.** A produção anterior às Ciências Sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 15, n.44, p. 5-34, 2000, grifos da autora.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Anais do IX Congresso Nacional da ANPUR - Vol. I**, Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, p. 140-151.

¹ Visconde de Brás de Pina, filho de nobres portugueses nascido no Brasil e um dos grandes empreendedores da capitania do Rio de Janeiro <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13482-br%C3%A1s-de-pina,-a-princesinha-da-leopoldina> (acessado em 08/06/2023)

² Zona da Leopoldina é uma região histórica da Zona Norte do Rio de Janeiro. Foi a primeira parte dessa região da cidade a ser loteada ordenadamente em meados de 1850 e é a primeira área a ganhar iluminação elétrica nos anos 1910. Tradicional, a região dos atuais bairros: Manguinhos, Complexo da Maré (bairro), Bonsucesso, Ramos, Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Penha Circular, Vila da Penha, Brás de Pina, Vila Kosmos, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América. É a região mais antiga da Zona Norte carioca. Outros bairros tradicionais da Zona Norte, como Maracanã, Vila Isabel e Tijuca só começariam o mesmo processo a partir de 1875 enquanto Riachuelo, Méier, Engenho Novo e Marechal Hermes, a partir de 1901. https://pt.wikipedia.org/wiki/Zona_da_Leopoldina (acessado em 08/06/2023)

³ Invernada prende líderes da favela que não querem mudar-se para Vila Kennedy. Jornal do Brasil, 22 de novembro de 1964, p. 14. Padre Artola diz que favelado não é gado para ser tangido. Jornal do Brasil, 26 de novembro de 1964.

⁴ Jornal Última Hora, 31 de dezembro de 1964, p. 2.

⁵ Compunham o grupo Quadra os arquitetos Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Sylvia Wanderley e Sueli de Azevedo.

⁶ Político de extrema direita da União Democrática Nacional (UDN), criador do Serviço Municipal de Eugenia em 1956.

⁷ Numa amostragem de 61 famílias, Gilda Blank constatou que 19,7% dessas vieram após o início da urbanização (Blank, 1977, p. 309).